



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

UMA ABORDAGEM DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DO PROGRAMA INCLUIR

Jeovana Nunes Ribeiro¹
Valéria Valeska Mendes Dutra²

Resumo: Este artigo é fruto do trabalho monográfico e constituiu-se de um estudo sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, com base no Programa Incluir e as medidas tomadas pelas universidades frente à implementação da política de educação inclusiva, com a finalidade de analisar desde a implementação para garantir a inclusão bem como egresso, assegurando os direitos dos alunos com deficiência no processo de formação profissional.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação Profissional, Programa Incluir.

Abstract: This article is the result of the monographic work and it consisted of a study about the inclusion process of students with disabilities in Higher Education, based on the Include Program and the measures taken by the universities towards the implementation of the policy of inclusive education, with the purpose of analyzing from the implementation to ensure inclusion as well as egress, ensuring the rights of students with disabilities in the process of vocational training.

Keywords: Inclusive Education, Vocational Training, Include Program

1. INTRODUÇÃO

Muito tem-se discutido acerca da inclusão social, como uma pergunta em busca de resposta imediata, questionando o que seria uma inclusão social. Logo, esta, refere-se a incluir na sociedade, nas diversas áreas, aqueles que são historicamente excluídos, por etnia, classe, gênero, educação, deficiência, entre outros e fomentar a equiparação de oportunidades, autonomia e acesso para estes segmentos.

Entre as várias maneiras de se implementar uma inclusão social, o presente trabalho abordou sobre a inclusão na educação de pessoas com deficiência. Uma inclusão que esteja voltada para o acesso, a permanência e a conclusão com êxito em todos os níveis de ensino. E, quando se fala em permanência, está implícita a participação plena da vida acadêmica e social, e a condição de ensino e aprendizagem em condições de qualidade e equiparação de oportunidades com os outros estudantes.

Uma educação que rompa com a padronização e homogeneização do ensino, pois no processo educacional, as individualidades, dificuldades e potencialidades de cada um seriam levadas em consideração, possibilitando assim, a aquisição de conhecimentos e

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: jeovana.nunes@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: jeovana.nunes@gmail.com.

experiências a todo alunado.

O impulso inicial gira em torno da seguinte problemática: “que relações estão sendo construídas dentro das universidades e, sobretudo, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para fomentar a plena inclusão de alunos com deficiência?”.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo, analisou o Núcleo de Acessibilidade (NUACES) da UFMA como um meio frente a inclusão, além de identificar a necessidade de um trabalho em conjunto de toda a comunidade acadêmica, para que haja a valorização e “aceitação” das diferenças. Lembrando que, o processo de inclusão é necessário e precisa ser debatido e defendido para além da comunidade acadêmica como uma inclusão que vá adiante das pessoas com deficiência e atenda a todos os estudantes.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR E SUA IMPLEMENTAÇÃO

Rossetto (2009, p. 4) relata que a universidade é um espaço para a “criação, transferência e aplicação de conhecimentos, como também, para a formação e capacitação do indivíduo”, se configura como uma instituição social responsável pela geração e difusão de saberes (FERREIRA, 2012).

Para que os alunos com deficiência possuam as mesmas condições de ensino e aprendizagem e de formação e geração de conhecimentos, é imprescindível que sejam acessíveis e tenham um atendimento educacional especializado³.

São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, art. 3).

A acessibilidade é um importante fator para se constituir o processo de inclusão na educação, não só às pessoas com deficiência, mas à sociedade de forma geral, é impossível defender a inclusão sem levar em consideração condições básicas no que concerne à acessibilidade com a superação não só de barreiras arquitetônicas, mas de barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.

É determinante que as instituições de ensino sejam acessíveis e adaptadas para receber este público em igualdade de condições aos outros alunos. “Dessa maneira ainda são muitos os desafios e os problemas a serem enfrentados. O processo de inclusão é um

³ Onde a educação deveria ser acessível para todos, desde o espaço físico.

trabalho gradativo, que demanda mudanças estruturais e administrativas da instituição e, também, na concepção de homem” (ROSSETTO, 2008, p. 54). É imperativo que haja a sensibilização da comunidade acadêmica para incluir estas pessoas.

É necessário a implementação de ações que versem e trabalhem a garantia do acesso a estes alunos, bem como, a permanência e saída no decorrer dos cursos escolhidos frente ao processo de formação profissional.

É preciso viabilizar ações de permanência que promovam uma experiência exitosa que contribua para a conclusão dos cursos por parte dos alunos com deficiência, sendo esta uma barreira enfrentada pelas universidades, que devem adaptar seus projetos pedagógicos, capacitar professores, técnicos e demais funcionários no sentido de oferecer formação profissional acessível a todos.

Inclusão é muito mais que estar em sala de aula, inclusão é poder participar, aprender e acessar a todos os serviços em igualdade de condições e autonomia. Há uma diferença muito grande entre o acesso ao ensino superior no sentido de integração e inclusão das pessoas na educação superior viabilizando o processo de formação.

E, para que o processo de inclusão aconteça, muitos estudantes com deficiência carecem de acompanhamento para que as barreiras arquitetônicas e atitudinais sejam amenizadas ou eliminadas, além de que os locais precisam ser acessíveis garantindo o direito de ir e vir destes.

2.1 Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão

Para atender a Política de Educação Inclusiva no Ensino Superior, em destaque na Universidade Federal do Maranhão, foi criado institucionalmente em 2009 o Núcleo de Acessibilidade (NUACES), consolidado em 2010.

[...] o projeto de implantação do Núcleo na UFMA prevê formas de atuação que visem tornar a universidade inclusiva através de adequações físicas, equipamentos que auxiliem os alunos com deficiências nas atividades acadêmicas, ações de sensibilização da cidade universitária quanto às especificidades das pessoas com deficiência, destacadamente no tocantes às suas potencialidades, numa forma de enfrentar barreiras atitudinais. Trata-se de um projeto que visa enfrentar os desafios que impedem a inclusão social e educacional do público supracitado (PEREIRA, 2017, p. 106).

As informações referentes a este núcleo foram coletadas a partir de informações do site da universidade, da resolução nº 121/2009 da CONSUN, das entrevistas realizadas com a diretora e assistente social do referido espaço e de bibliografias que versam sobre a temática em questão.

A diretora do núcleo entrevistada está neste cargo desde 2015, é formada em Pedagogia pela Ufma com Pós-graduação em Educação Especial, sendo professora Adjunta da UFMA, tendo também, participado do grupo de trabalho que criou o regimento interno do Núcleo de

Acessibilidade da universidade.

A assistente social entrevistada trabalha no núcleo desde 2013, é formada em Serviço Social pela UFMA e sua dissertação de mestrado intitulada: “Políticas Institucionais de Acessibilidade na Educação Superior: percursos e desafios para a inclusão de alunos com deficiência na UFMA” foi sobre o referido espaço e também foi usada para coleta de informações.

Ambas as profissionais foram essenciais para que houvesse a caracterização do núcleo de acessibilidade ao destacar suas funções, os serviços que este oferece, bem como, as dificuldades que o núcleo enfrenta. Logo, estas possuem um aporte teórico sobre a educação inclusiva, fator este, que contribuiu nos processos de trabalho destas.

Neste sentido, o NUACES foi criado com o intuito de atender alunos com deficiência e fomentar o acesso e a permanência com qualidade de aprendizado a estes alunos através do atendimento educacional especializado.

As IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão plena dos estudantes com necessidades de atendimento diferenciado, contemplando a acessibilidade, desde os processos de seleção, no PDI; no planejamento e execução orçamentária; na composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis (BRASIL, 2013, p.15-16).

Entende-se que, a partir da criação do núcleo, há uma democratização maior do Ensino Superior às pessoas com deficiência, a partir de ações deste equipamento para eliminar as barreiras que impedem a acessibilidade destes alunos e, em consequência disto, a inclusão destes.

É necessário salientar que, apesar do núcleo ter sido consolidado em 2010, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2012 a 2016, da UFMA, não versava sobre a acessibilidade como forma de incluir as pessoas com deficiência na universidade, além de não se ter referência sobre o núcleo nem sobre a inclusão de alunos com deficiência na universidade. Somente no plano de 2017 a 2021, que esse tema foi destacado e salientado.

Aos gestores institucionais das IES cabe inserir a educação inclusiva em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), planejando e promovendo as mudanças requeridas, como por exemplo, a organização e implementação de núcleos de acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/2004) e demais dispositivos legais e políticos. Ainda, são fundamentais ações e programas que assegurem a transversalidade da educação especial na IES (BRASIL, 2013, p.13).

O PDI de 2017 a 2021 (UFMA, 2017, p. 80-82), da universidade assegura os seguintes objetivos referentes à acessibilidade:

- a) Vincular o Núcleo de Acessibilidade à Reitoria;
- b) Assegurar permanência exitosa dos alunos com deficiência, bem como, contribuir para que os professores organizem suas aulas;
- c) Capacitar a equipe técnica do Núcleo para melhor atender aos alunos com deficiência.
- d) Possibilitar um atendimento integral aos alunos com deficiência;
- e) Atender exclusivamente aos alunos com deficiência, público alvo da educação especial;

- f) Possibilitar acesso aos alunos com deficiência nos espaços do Núcleo de Acessibilidade;
- g) Possibilitar atendimento a todos os alunos com deficiência, independentemente de cotas;
- h) Divulgar o trabalho do Núcleo e fortalecer a inclusão na universidade.

A partir deste PDI, nota-se que há um avanço no que se refere ao processo de inclusão às pessoas com deficiência dentro desta universidade, com o estabelecimento de metas que contribuam para esta política, visto que, no plano anterior, este nem foi citado. No entanto, a comunidade acadêmica precisa estar vigilante para que estas se concretizem até o ano de 2021.

No que se refere à atuação do Núcleo, este, no início de cada semestre, se faz presente no local, na qual são realizadas as matrículas dos alunos, e neste momento, fazem o primeiro acolhimento dos alunos que entram pelas cotas por deficiência, dando as orientações necessárias, informando sobre o Núcleo e os serviços oferecidos por ele, entre outros. Geralmente, este primeiro atendimento é realizado por uma assistente social e facilita muito o processo de ensino e aprendizagem e inclusão dos alunos no decorrer da sua vida acadêmica.

Esse primeiro momento de acolhimento é essencial, pois o aluno deve se dirigir à sala de aula com os recursos necessários para o seu processo de formação e inclusão e com as informações encaminhadas via NUACES.

Quando o aluno ingressava por cota, só mandavam a relação com os nomes, sem especificar a deficiência de cada aluno, dessa forma o núcleo não sabia quais os serviços que cada aluno poderia usufruir dentro deste núcleo. E eles iam para a sala de aula sem ter o serviço necessário. (ASSISTENTE SOCIAL, 2018).

Porém, uma crítica apontada pelas entrevistadas é que, nesse momento de acolhimento inicial, não se tem um local adequado para fazer esta escuta qualificada, um local, onde o aluno sintasse confortável para apontar suas demandas, dificuldades, entre outras situações, bem como, ter o sigilo garantido⁴.

Tendo este fato de espaço elencado, é importante destacar que o núcleo possui três espaços na universidade, dois de atendimento técnico, um localizado no Prédio Castelão e um no CCH, e um para atendimento social, coordenação e diretoria. E, no que tange a este aspecto, nota-se a falta de um ambiente para comportar os profissionais, e estes, tenham os seus espaços individuais de atendimento, tendo o seu sigilo e o dos usuários garantidos.

O NUACES envia às coordenações dos cursos, no início de cada semestre letivo, um memorando sobre os alunos com deficiência que irão receber, relatando o tipo de deficiência de cada aluno e o possível acompanhamento que este necessita.

Porém, existem alunos com deficiência que ingressam na universidade, nas vagas por ampla concorrência. No que tange a esse aspecto, o núcleo acaba por não fazer o primeiro

⁴ Percebe-se que o atendimento inicial é coletivo, lembrando que é assegurado ao Assistente Social e ao usuário, o sigilo profissional, no Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993. Isso envolve uma série de cuidados a fim de preservar e assegurar o que se pede, desde o espaço profissional.

acolhimento com estes alunos. Neste sentido é imprescindível que as coordenações dos cursos, bem como os professores, tenham conhecimento do trabalho do Núcleo, e informem o nome dos alunos ingressantes por ampla concorrência.

Entre outras ações oferecidas pelo núcleo estão: a parceria com a Biblioteca Central que, atualmente, possui um espaço de estudo equipado e adaptado para as pessoas com deficiência; reuniões com os cursos que possuem alunos com deficiência para divulgar as ações do núcleo, os serviços que este oferece, bem como para estabelecer a importância de todos para fomentar o processo da inclusão; esclarecimentos e orientações às famílias dos alunos com deficiência no tocante às ações e serviços oferecidos pelo Núcleo e o papel da comunidade acadêmica e da família⁵, com a finalidade de incentivar atividades de monitoria para “assegurar a permanência e saída exitosa⁶ dos estudantes com deficiência”; orientações socioeducacionais para identificar e analisar o perfil socioeconômico dos alunos e encaminhá-los a rede de serviços públicos e o acesso a direitos sociais, visto que a educação não está dissociada das outras políticas; encaminhamentos e solicitações para a Prefeitura de Campus, para que esta realize as intervenções/adequações necessárias no que tange as estruturas físicas e arquitetônicas (Núcleo de Acessibilidade, Universidade Federal do Maranhão, 2017).

Nessa perspectiva, à gestão da educação superior compete o planejamento e a implementação das metas de acessibilidade preconizadas pela legislação em vigor, bem como o monitoramento das matrículas dos estudantes com deficiência na instituição, para provimento das condições de pleno acesso e permanência. Esta obrigação não deve ser transferida aos estudantes com deficiência ou às suas famílias, por meio da cobrança de taxas ou qualquer outra forma de transferência da atribuição. (BRASIL, IV, 2013).

Entre os profissionais que compõem o referido Núcleo, estão: 01 (uma) diretora; 01 (uma) assistente social; 01 (uma) psicóloga; 10 (dez) tradutores intérpretes de libras; 06 (seis) transcritores do Sistema Braille; 02 (dois) técnicos em assuntos educacionais; 01 (um) assistente administrativo e 01 (um) auxiliar administrativo.

O quantitativo de profissionais referente ao total de alunos com deficiência da UFMA é insuficiente. O PDI de 2017 a 2021 da universidade até aponta como um de seus objetivos para que haja o atendimento integral dos estudantes com deficiência a ampliação desta equipe que contaria também com fonoaudiólogo, pedagogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional (UFMA, 2017), no entanto, foi possível observar na fala este objetivo ainda não se concretizou de forma que “esta equipe ainda não satisfaz, por ser uma equipe reduzida, e haver a necessidade de outros profissionais especializados, como um pedagogo, um

⁵ O PDI de 2017 a 2021 tem entre um de suas estratégias a participação ativa das famílias no processo de inclusão dos alunos com deficiência, com o agendamento de reuniões e realização de visitas domiciliares aos familiares desses alunos (UFMA, 2017).

⁶ O que se percebe é que a saída não tem sido exitosa como a instituição gostaria, todavia, não foi objeto de estudo devido ao tempo da pesquisa, assim sugerimos que pesquisas vindouras abordem o egresso, a partir da categoria formação profissional das pessoas com deficiência.

terapeuta ocupacional” (ASSISTENTE SOCIAL, 2017).

O NUACES, até o ano de 2017⁷, atendia 224 alunos com deficiência na Cidade Dom Delgado, sendo 122 alunos com deficiência física, 13 com deficiência auditiva, 06 com deficiência intelectual, 78 com deficiência visual, 02 com deficiência neurológica/psiquiátrica, 02 alunos com TEA e 01 aluno com múltipla deficiência (UFMA, 2017).

Estes dados são referentes aos ingressantes pelos sistemas de cotas e daqueles que não ingressaram por estas, mas são acompanhados pelo núcleo. Entres os serviços que o NUACES fornece para conceber o processo de inclusão com qualidade de aprendizado a esses alunos estão:

- Aos alunos deficientes auditivos, na qual, o núcleo oferece intérpretes para acompanhar estes alunos em todas as aulas que irão frequentar, e em outras atividades acadêmicas que necessitam dessa mediação do intérprete (UFMA, 2017).

- Aos alunos deficientes visuais, o Núcleo oferece transcritores para transcrever o material utilizado pelo professor para o aluno em Braille, incluindo as provas a serem aplicadas. No momento, o NUACES possui 06 (seis) transcritores, oferecerem orientação e mobilidade, além de fazerem empréstimos de *notebooks*, gravadores de voz, lupas eletrônicas portáteis e outros recursos de tecnologia assistiva, tais equipamentos são viabilizados por meio de termo de responsabilidade (UFMA, 2017).

Em relação aos transcritores, ainda são insuficientes para atender em tempo hábil a toda a demanda que recebem. Visto que o tempo que a pesquisa foi realizada, existiam 78 (setenta e oito) alunos com deficiência visual, dividindo-se em cego, baixa visão e monocular (UFMA, 2017).

Aos alunos com deficiência física são realizados contatos com as coordenações dos cursos para garantirem turmas nos andares denominados de térreo, pois os edifícios dos Centros Campus Bacanga são compostos por blocos com 03 andares, além do térreo. Também é disponibilidade um carro (van) adaptado para cadeirantes a fim de circular dentro da universidade, sendo que para utilizar, o aluno precisa encaminhar seus horários de aula ao NUACES manifestando interesse (UFMA, 2017).

É importante salientar que para fomentar uma educação inclusiva o NUACES trabalha em parceria com os outros setores da Universidade em questão, a fim de assegurar a acessibilidade e promover ações que garantam a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, comportamentais, pedagógicas e atitudinais. De acordo com a fala da Assistente Social entrevistada “o Núcleo atua com o intuito de incluir estes alunos

⁷ Ano de realização da pesquisa, hoje, o número deve ter aumentado, tendo em vista a política de inclusão destas pessoas.

independente da deficiência de cada um, para que os mesmos possuam os mesmos recursos para uma boa educação, porém, não fomentará uma inclusão atuando sozinho”.

Com esta fala percebe-se que a participação da comunidade acadêmica está fragilizada no processo de inclusão, que embora exista alguns avanços, precisa melhorar para que seja de fato concretizada a inclusão sem barreiras, não só físicas, mas atitudinais e pedagógicas, de acesso à informação e que todas as outras sejam rompidas.

A inclusão de pessoas com deficiência na educação é recente⁸ e mais recente, ainda, no ensino superior⁹ sendo historicamente cultural excluir dos espaços sociais, inclusive da educação as pessoas que não pertenciam ao grupo daqueles considerados normais, ou “àqueles que, de alguma maneira, são discriminados pelo Estado e/ou pela sociedade” (VEIGA-NETO, LOPES, 2011 p.121).

É relevante destacar que a UFMA já recebia alunos com deficiência mediante reservas de vagas desde 2007, a partir de ações afirmativas da própria universidade, que oferecia uma vaga para pessoas com deficiência por curso em cada semestre letivo. (UFMA, 2006).

Ações afirmativas são políticas sociais de apoio e promoção de grupos socialmente fragilizados, visando a promover sua integração social e, conseqüentemente, a igualdade material. Tais políticas objetivam conferir tratamento prioritário aos grupos discriminados, colocando-os em condição de competição, semelhante aos que historicamente se beneficiaram da exclusão. Isso significa repensar as políticas públicas para as minorias, valorizando ações de efeito compensatório que garantam o acesso e a permanência destas pessoas, que historicamente foram excluídas de vários espaços sociais (GOMES, 2001 apud PEREIRA, 2008, p. 23).

Neste período, não existia a Lei de Cotas, esta, foi criada em 2012, e no ano de sua criação, ainda não versava sobre as pessoas com deficiência, posto isto, cada instituição possuía autonomia para fazer as suas reservas de vagas.

A partir de 2017.2, os cursos passaram a ter que destinar um percentual maior de suas vagas para estes alunos, isso a partir da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e inclui as pessoas com deficiência no sistema de cotas. Este percentual atualmente é de 10%¹⁰.

A lógica é do neoliberalismo¹¹ cuja ênfase incide na mercantilização da educação superior e do sucateamento da universidades públicas, com redução de gastos, inclusive com mão de obra. Esse objetivo consiste na perspectiva de que

⁸ As políticas educacionais pensando a diversidade humana só começam a se efetivar no Brasil na década de 1990.

⁹ Data-se de 2012

¹⁰ Informações verbais da Assistente Social e Diretora, ambas do Núcleo de Acessibilidade.

¹¹ Sob a orientação neoliberal intensificada a partir da década de 1990, as políticas de educação convergem e contribuem para a consolidação do capitalismo, com o objetivo de fortalecer primordialmente as demandas do mercado internacional e nacional. Assim, a educação passa a ser vista, preponderantemente, numa lógica instrumental, produtivista, pautada na especialização da mão de obra. É nessa conjuntura adversa que, contraditoriamente, se criam legislações que regulamentam a inclusão de pessoas com deficiência pautada no paradigma da inclusão na educação para todos.

[...] a agenda neoliberal para a educação enfatiza o ensino privado, a legitimação da escola dualista com um ensino diferenciado para a classe subalterna e para a elite intelectual, destacando-se a formação de mão-de-obra qualificada para o atendimento das demandas impostas pelo mercado globalizado (GOMES, 2009, p.7).

Neste viés, o NUACES trabalha na perspectiva da sensibilização dos cursos envolvendo chefes de departamentos, coordenadores e professores, uma vez que todos têm direito à educação, todavia, dificuldades são encontradas nesse processo frente ao sucateamento das universidades públicas com falta de recursos humanos e materiais. Sensibilizar a comunidade acadêmica não tem sido fácil, relata a diretora do NUACES.

As maiores dificuldades geralmente são mesmo no curso, quando o curso ele se conscientiza que todos as pessoas têm direito a educação, quando ele te dar espaço para falar com os professores, porque nós pedimos os espaços nas reuniões de departamento, nos colegiados do curso para falar do núcleo e o que nós temos disponível para os alunos (DIRETORA, 2017).

Desta maneira, o que se apresenta no processo de desenvolver a inclusão às pessoas com deficiência é a centralização das ações só no núcleo, sobrecarregando-o enquanto o processo de inclusão é de responsabilidade de toda a comunidade acadêmica, relata a Assistente Social entrevistada.

O Núcleo é uma expressão, ele articula e fomenta, mas ele não é o responsável pelo processo de inclusão, e eu costumo chamar de processos, porque a inclusão é como se fosse algo estabelecido e a gente está em franco movimento e falar em inclusão é falar dessa participação, dessa corresponsabilidade de toda a universidade (ASSISTENTE SOCIAL, 2018).

É importante destacar que só existe um núcleo de acessibilidade na UFMA e está localizado na Cidade Universitária Dom Delgado, campus Bacanga e atende demandas de outros campus da UFMA, o que se torna um grande empecilho, visto que, cada campus possui uma realidade diferenciada, com demandas diferenciadas, “então, o mais adequado, seria que cada um possuísse seu próprio núcleo, para atender da melhor maneira estes estudantes e fomentar de fato uma inclusão”, neste sentido é de se concordar com a fala da diretora do NUACES, uma vez que é impossível acompanhar os diferentes campus espalhados no estado do Maranhão, deveria existir em cada campus um núcleo e em cada centro uma comissão de acessibilidade, com suas atribuições.

As Atribuições do NUACES/UFMA são:

- I. Garantir o acesso, o ingresso e a permanência de pessoas com deficiências na UFMA, através de suporte técnico e atendimento especializado;
- II. Coordenar todos os trabalhos pró-acessibilidade, fazendo respeitar a Constituição Federal de 1988, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas infraconstitucionais;
- III. Promover interação com as associações de pessoas portadoras de deficiência em São Luís e Núcleos de outras instituições federais de ensino superior;
- IV. Elaborar o relatório anual das atividades do Núcleo;
- V. Atualizar o censo da população de pessoas portadoras de deficiência que trabalham e/ou estudam na UFMA;
- VI. Levantar e mapear todas as barreiras que impeçam ou dificulte o ingresso, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, na UFMA;
- VII. Estabelecer parcerias com a Prefeitura de Campus e as demais Unidades Acadêmicas;
- VIII. Projetar as ações que devem fazer parte do Plano Diretor do Campus da UFMA;
- IX. Garantir aos estudantes portadores de deficiência sensorial o acesso às mesmas informações e experiências que os textos em tinta e som transmitem às demais pessoas;
- X. Produzir textos ampliados para alunos com baixa visão no Núcleo e em outras dependências da UFMA, de acordo com as necessidades dos usuários;

- XI. Transcrever e interpretar aulas e outras experiências sonoras;
- XII. Trabalhar em conjunto com o docente, recebendo através dele todo o material necessário utilizado para o acompanhamento das atividades discentes;
- XIII. Operar e manter todos os equipamentos vídeo magnificadores e de impressão em Braille;
- XIV. Produzir relatórios das atividades de interpretação e transcrição;
- XV. Cumprir com o disposto no seu Regimento Interno (UFMA, 2017).

Assim, a partir do que foi elencado e das dificuldades e desafios que o Núcleo apresenta atualmente, o PDI de 2017 - 2021, apresenta algumas estratégias para que este processo de inclusão avance. No entanto, é imprescindível que a comunidade acadêmica esteja sempre vigilante para que estes, realmente, se concretizem até o ano de 2021.

Entre algumas das estratégias elencadas no PDI vigente estão:

- Solicitar à Reitoria as demandas do Núcleo de Acessibilidade, a partir de uma exposição de motivos para garantir maior autonomia e agilidade no desenvolvimento dos trabalhos.
- Criar espaço de atendimento para pessoas com deficiência, em todo o campus da UFMA.
- Elaborar material informativo acessível aos tipos de deficiência e ficha de atendimento.
- Identificar e analisar o perfil socioeconômico dos alunos com deficiência ingressantes, a fim de orientá-los quanto aos direitos sociais e o acesso às políticas públicas.
- Estabelecer parceria com outras instituições e elaborar encaminhamentos.
- Adquirir recursos de tecnologia assistiva para os alunos com deficiência, tais como: lupas de mão; notebooks, gravadores de voz.
- Participar em eventos e cursos com temática sobre a inclusão de pessoas com deficiência, por parte da equipe técnica do Núcleo e sua coordenação.
- Estabelecer parceria com o Hospital Universitário.
- Garantir espaço físico adequado ao Núcleo de Acessibilidade.
- Elaborar estratégia de identificação dos alunos com deficiência que não ingressam por cota específica.
- Construir uma página para o Núcleo de Acessibilidade no site da UFMA.
- Estabelecer cotas ou mecanismos de ações afirmativas nos diversos programas, serviços, projetos e benefícios da universidade, considerando as especificidades e/ou compatibilidade da deficiência.
- Desenvolver ações de sensibilização no campus em vistas à construção de uma cultura inclusiva.
- Oferecer cursos semestrais de LIBRAS, Braille e Educação inclusiva para a comunidade acadêmica (UFMA, 2017, p. 80-82).

Com base no PDI (2017) e nas estratégias suscitadas vê-se vários mecanismos que devem colaborar com o processo de inclusão e a permanência dos alunos com deficiência para que estes estudantes logrem êxito na formação profissional, todavia, partimos do pressuposto para pesquisa vindouras que a implementação do Núcleo de Acessibilidade concretiza-se como um avanço no processo de inclusão para pessoas com deficiência na UFMA, porém, ainda, são muitos os desafios para se efetivar de fato a política de inclusão nesta universidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralização das ações referentes à promoção do acesso e o usufruto a uma educação verdadeiramente inclusiva tendo, apenas, um Núcleo de Acessibilidade torna-se fragilizado e a inclusão dessas pessoas acontecem para responder às exigências legais.

Perante a pesquisa realizada, notou-se que o núcleo carece de outros profissionais para colaborarem no processo de inclusão, pois não consegue atender todas as pessoas com deficiências, tendo em vista o número de funcionários restrito, frente ao número de PCDs

matriculadas no campus do Bacanga.

Desta maneira, a inclusão no campo da educação só ocorrerá de forma efetiva após uma mudança cultural no Estado e na sociedade e estrutural nos currículos nos ambientes físicos, para que assim, as oportunidades de acesso ao ensino superior se deem de forma efetiva, com igualdade de acesso a todos as pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial**, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador Programa Incluir: acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESU – 2013**. 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 1 de junho de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº273/93**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. 13 de março de 1993.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução nº121**, de 17 de dezembro de 2009. Aprova a criação do Núcleo Pró Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência à Educação.

FERREIRA, Nilma Maria Cardoso. **Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão**. 2012. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

GOMES, Albiane. **Reflexos do neoliberalismo na conformação das políticas educacionais no Brasil**. 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/reflexos-do-neoliberalismo-na-conformacao-das-politicas-educacionais-no-brasil.pdf. Acesso em: 27 mai 2019

PEREIRA, Josenilde Oliveira. **Políticas Institucionais de Acessibilidade na Educação Superior: percursos e desafios para a inclusão de alunos com deficiência na UFMA**. São Luís, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

PEREIRA, M. M.. Ações afirmativas e inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Ponto de Vista** (UFSC) , v. 10, p. 19-38, 2008.

ROSSETTO, E.. Políticas de Inclusão no Ensino Superior. **Temas & Matizes**, n. 13, p. 49-57, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. **Atribuições do Núcleo de Acessibilidade** (NUACES). Maranhão (internet). Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=43> . Acesso em: 15 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Conselho Universitário. **Resolução, nº121**, de 17 de dezembro de 2009. Aprova a criação do Núcleo Pró Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência à educação. Disponível em: <www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/boZYWHm4X6XtB9a.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. PDI 2017-2021- UFMA.2017. Disponível em: <www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/puwEW8dc9aoshs4.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

VEIGA-NETO. Alfredo e LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, exclusão. In/exclusão**. Verve, 20: 121-135, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886> Aceso em 27 mai 2019.